



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

15 de dezembro de 2021

Ata da Décima Quarta Sessão Extraordinária

Às vinte e três horas e dezoito minutos do dia quinze do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelo Senhor Deputado Valdemar Júnior, Primeiro-Secretário, e pela Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos e Jair Farias. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Não havendo Expedientes a serem lidos, Matérias a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciada, em segunda fase de discussão e votação, a Proposta de Emenda Constitucional número 6/2021, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres e Outros, que “altera o § 10 do art. 81 da Constituição do Estado do Tocantins”, a qual votada, nominalmente, com dezenove votos sim, perfazendo um total de dezenove votantes, foi aprovada. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Emenda Constitucional número 43, de 15 de dezembro de 2021, com o respectivo número de ordem. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 16/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, em exercício, que “autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S. A., e adota outras providências”; 336/2019, anexado ao Projeto de Lei número 45/2020, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato, que “institui o Dia Estadual de Conscientização e Combate ao *Bulling*, que deu origem ao Processo número 411/2019; 394/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

concessão do direito a uma folga anual para o homem realizar exames preventivos de câncer de próstata, no âmbito do Estado do Tocantins, que deu origem ao Processo número 480/2019; 54/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das operadoras de planos de saúde de avisar aos conveniados sobre o descredenciamento de hospitais e médicos, no âmbito do Estado do Tocantins”; 223/2020, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “denomina de “Prefeito Antonio Poincaré Andrade” a ponte entre a TO-050 e a TO-255, sobre o Rio Tocantins, no Município de Porto Nacional, no Estado do Tocantins”; 227/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “obriga a realização de cirurgias plásticas reparadoras de Abdominoplastia e Lipoaspiração pós-gastroplastia (bariátrica) pela Rede Estadual de Saúde, no Estado do Tocantins e dá outras providências”; 300/2020, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que institui O Festival do Chambari de Paraíso do Tocantins como evento do calendário turístico oficial do Estado do Tocantins”; 309/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o mês de Janeiro Branco, dedicado à realização de ações educativas para a difusão da saúde mental, e dá outras providências”; 318/2021, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade, que “altera o nome da Escola Estadual do município de Ipueiras, para denominar-se



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Escola Estadual Ana de Souza Paiva”; 323/2021, de autoria da Senhora Deputada Valderéz Castelo Branco, que “institui o Dia Estadual do Jalapão, e dá outras providências”; 324/2021, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui o selo “Escola de Excelência”, no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 333/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o mês de Abril Laranja, dedicado à campanha de doação e prevenção à crueldade contra os animais, e dá outras providências”; 335/2021, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “denomina de “Olyntho Garcia de Oliveira o Hospital Geral de Araguaína (HGA) – Tocantins”; 339/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o Dia da Policial Militar Feminina do Estado do Tocantins”; 340/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o Dia do Memorial, em homenagem aos Policiais Militares mortos em decorrência do serviço do Estado do Tocantins”; 341/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o Dia do Veterano em homenagem aos Policiais Militares da Reserva e Reformados do Estado do Tocantins”; 346/2021, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “institui a campanha de Prevenção do Câncer de Colo de Útero denominada “Movimento Março Lilás”, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 352/2021, de autoria do Senhor Deputado



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Professor Júnior Geo, que “altera a Lei número 3.650, de 24 de janeiro de 2020, que dispõe sobre a remarcação de teste de aptidão física em concurso público, de candidata grávida”; 382/2021, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor João Batista Xavier”; 386/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Apaa – Associação Protetora de Animais de Araguaína “É o Bicho”, localizada no município de Araguaína/TO”; 395/2021, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui o Dia do Policial Penal no Estado do Tocantins”; 398/2021, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Roberto Corrêa Ribeiro de Oliveira; 399/2021, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “institui a Semana da Conscientização sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, Transtorno Opositivo-Desafiador (TOD), no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 416/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Marcelo Lopes da Ponte”; 422/2021, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado, que “institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate à Osteoporose”; 425/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “estabelece que todo tipo



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

de trabalho lícito que traga sustento seja essencial, no âmbito do Estado do Tocantins”; 426/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro”, ao Senhor Furtanato Soares Barros”; 427/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro” ao Senhor Wander Saraiva de Carvalho; 428/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro, ao Senhor Napoleão de Souza Luz Sobrinho; 432/2021, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que concede Título de Cidadão Tocantinense ao Bispo Diocesano de Porto Nacional, Dom Romualdo Matias Kujawski; 437/2021, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Bispo Diocesano de Porto Nacional, Dom Romualdo Matias Kujawski”; 442/2021, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Juvenal Klayber Coelho”; 452/2021, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “denomina “Cel Janilson Veras Barbosa” o Centro Olímpico da Polícia Militar em Palmas-TO”; 466/2021, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Maria José Alves Cotrim”; 477/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “declara de Utilidade



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Pública a Associação Instituto Bela Vista Futebol Cachoeirense no município de Cachoerinha/TO; 509/2021, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores do Distrito de Bela Vista do Tocantins – Bambu de Ouro”; 534/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “declara de Utilidade Pública a Associação dos Profissionais do Sistema Penitenciário do Tocantins – Prosispen/TO; 2/2021, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, que “altera a Lei número 1.527, de 17 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos cargos de provimento em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e a Lei número 1.903, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano e Carreira e os vencimentos dos Servidores Efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 1/2021, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “altera a Lei Complementar número 51, de 2 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”, o qual votado, nominalmente, com vinte votos sim, perfazendo um total de vinte



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

votantes, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 2/2021, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “altera a Lei Complementar número 51, de 2 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências, a fim de regulamentar a função de Coordenador de Promotoria para as Promotorias de Justiça de 1ª e 2ª entrâncias”, o qual votado, nominalmente, vinte e um votos sim, perfazendo um total de vinte e um votantes, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte e três horas e quarenta e cinco minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário